

Introdução

Reunimos aqui, num único volume, os contributos de vários psicólogos e investigadores nacionais que desenvolvem trabalho teórico e empírico nos domínios da aprendizagem e do desenvolvimento humano, que têm implicações para a educação e o ensino. É a primeira vez que isso é feito, no panorama editorial nacional, o que mostra que já existe uma comunidade científica que, em diversos pontos do País, produz, com certa regularidade, investigação e conhecimento nestes domínios. O grupo é naturalmente heterogéneo e incluiu autores que se dedicam ao estudo do desenvolvimento, nas suas várias dimensões, outros à aprendizagem e suas diferentes teorias explicativas e ainda aqueles que abordam questões mais específicas como a memória, a motivação, a transferência de conhecimentos, as estratégias da aprendizagem e a criatividade. Os leitores poderão dispor assim de um conjunto de sistematizações e reflexões sobre tópicos que são, geralmente, incluídos no domínio da Psicologia Educacional.

Esta é, como sabemos, uma disciplina de charneira entre a Psicologia e a Educação. E embora alguns investigadores interroguem a cientificidade do seu estatuto, outros reconhecem-lhe a pertença, de pleno direito, às disciplinas científicas. De facto, a Psicologia Educacional faz a ponte entre duas tradições diferentes, uma com preocupações predominantemente teóricas e científicas – a Psicologia – e outra com uma índole mais prática – a Educação. Daí resulta que pode ser designada de uma “ciência aplicada”, que tem uma já longa história. Formalmente iniciada no princípio do séc. XX por Edward Thorndike, ao publicar em 1903 o livro *Educational Psychology*, foi rebaptizada por Gagné e Rohwer, em 1969, como Psicologia Instrucional, o que sublinha a sua orientação para o estudo dos processos de aprendizagem e desenvolvimento humano em contextos educativos e mais especificamente escolares. A orientação comportamentalista e instrumental do início e meados do séc. XX, representada por autores como Thorndike e Skinner, foi preterida, nos últimos anos, a favor de uma abordagem cognitivista. Glaser e Bassok (1989) dizem mesmo que a Psicologia Educacional se tornou uma parte importante da investigação sobre o desenvolvimento e cognição humanos.

Agrupámos em três partes os textos que aqui abordam vários temas da Psicologia Educacional.

A **Parte I**, denominada Desenvolvimento e Educação, integra textos sobre o desenvolvimento humano e as implicações educativas de teorias e resultados da investigação neste domínio.

O desenvolvimento cognitivo, nas perspectivas de dois dos seus expoentes máximos, Piaget e Vygotsky, é objecto da análise dos *capítulos 1, 2 e 3*, por investigadores que, no nosso país, se têm dedicado ao estudo e divulgação das suas obras: Orlando Lourenço, Luísa Morgado e Carolina Sousa.

No *capítulo 1*, Luísa Morgado dá-nos a conhecer uma faceta do trabalho do psicólogo suíço Jean Piaget, pouco divulgada: os textos e reflexões sobre educação, mostrando a actualidade e fecundidade do seu pensamento e discutindo se Piaget poderá também ser considerado um pedagogo. A autora dá particular relevo à temática da educação internacional, estudada por Piaget ao longo de várias décadas, referindo ainda a posição do autor sobre a organização escolar, a formação de professores e os métodos de ensino.

No *capítulo 2*, Carolina de Sousa analisa a teoria sócio-cultural de Vygotsky e os seus contributos para o ensino. Começando por referir a complementaridade das concepções de desenvolvimento cognitivo de Piaget e Vygotsky, a autora centra-se nos aspectos específicos da teoria elaborada pelo investigador russo, dando especial ênfase ao papel da linguagem e da interacção social no desenvolvimento das “funções psicológicas superiores”, como o raciocínio, a memória, a percepção e mesmo a autoconsciência.

A comparação entre as teorias do desenvolvimento cognitivo de Piaget e Vygotsky, realçando o que é similar mas não deixando de assinalar os aspectos divergentes, é o objecto de análise do *capítulo 3*, da autoria de Orlando Lourenço. Este investigador salienta uma diferença crucial entre essas duas teorias, que se vai repercutir no modo como cada um dos autores concebe o motor do desenvolvimento, a relação entre a criança e o adulto, o método de análise das competências da criança e o método pedagógico a privilegiar no seu desenvolvimento e educação. Essa diferença consiste, segundo Orlando Lourenço, num apelo permanente, na obra de Piaget, à ideia de autonomia e na de Vygotsky à ideia de heteronomia.

Este mesmo autor, redigiu o *capítulo 4*, onde analisa o domínio moral no contexto de outros domínios sociais, refere os estádios de raciocínio moral de Kohlberg e argumenta que para este autor a educação para a justiça é a forma de educação moral mais consistente com a teoria. Orlando Lourenço foca ainda o tema do raciocínio ecológico-

moral, como uma interface entre o desenvolvimento moral e as questões do ambiente, ilustrando-o com os resultados de uma investigação realizada em Portugal, junto de 120 estudantes do 5º ano de escolaridade ao 1º ano do ensino universitário.

Dentro de uma perspectiva desenvolvimental-ecológica do ciclo vital, são abordadas, no *capítulo 5*, por Isabel Menezes, algumas transformações no desenvolvimento psicossocial dos adolescentes e jovens em três domínios: o da definição de si próprio, dando particular atenção ao processo de construção da identidade; o das relações com os outros, enfatizando as mudanças nas relações com os pais; e o da participação social e cívica, referindo os resultados da investigação sobre o desenvolvimento político dos adolescentes e a sua participação em associações voluntárias.

A **Parte II**, intitulada Aprendizagem, Memória e Motivação, surge na sequência dos capítulos sobre o desenvolvimento pois, como já referiam Vygotsky nos anos 30 do séc. XX e Henri Wallon em meados do mesmo século, não existe desenvolvimento sem aquisição de novos comportamentos e conhecimentos. Desenvolvimento e aprendizagem são dois conceitos intimamente relacionados, desde os primeiros anos de vida do ser humano. O modo como é interpretada esta relação, o peso que se atribui a cada um destes conceitos no processo de mudança e como eles se influenciam um ao outro é que de autor para autor.

Assim, os *capítulos 6 e 7*, da autoria de Manuel Rafael (*capítulo 6*) e de Pedro Rosário e Leandro Almeida (*capítulo 7*), abordam as três grandes categorias de teorias explicativas da aprendizagem: o comportamentalismo, o cognitivismo e o construtivismo.

No *capítulo 6*, Manuel Rafael, analisa os contributos das abordagens comportamentais da aprendizagem para a explicação de alguns comportamentos em contexto escolar. Refere os processos de aquisição, fortalecimento, enfraquecimento e extinção de comportamentos segundo os modelos da aprendizagem por condicionamento clássico ou respondente de Ian Pavlov, da aprendizagem ou condicionamento operante de Skinner e da aprendizagem social ou por observação de modelos de Albert Bandura. Termina alertando para a necessidade de se dominarem os princípios e técnicas de modificação de comportamento propostos por estes modelos, se desejarmos ter êxito na sua aplicação. Refere ainda as questões de natureza ética e legal, que devem nortear sempre qualquer actuação visando a modificação do comportamento dos outros.

No *capítulo 7*, Pedro Rosário e Leandro Almeida, começando por referir as três grandes concepções de aprendizagem que dominaram o panorama científico na psicologia do século XX, aprofundam as abordagens cognitivista e construtivista, dando particular atenção aos resultados das investigações desenvolvidas no âmbito desta última, e mais valorizada, concepção da aprendizagem. Nela, a aprendizagem é sobretudo considerada como a construção, pelo aluno, de significados adequados a partir dos conteúdos e actividades curriculares. Sendo o aluno valorizado no processo de construção de conhecimentos, estes autores, terminam o capítulo questionando muitas das actuais práticas de ensino, orientadas para a transmissão de sequências rígidas de conteúdos curriculares e dando sugestões para as transformar, tendo em vista a promoção de mecanismos e estratégias de ensino facilitadores de uma aprendizagem significativa.

A aprendizagem escolar ou pela instrução, um tipo particular de aprendizagem, é o objecto de análise do *capítulo 8*, da responsabilidade de Manuel Rafael, onde destaca as contribuições de Jerome Bruner e de Robert Gagné, dois dos investigadores mais influentes neste domínio. Mostra a actualidade das suas ideias e teorias no domínio da aprendizagem e do ensino e as limitações na sua aplicabilidade pois, como refere o autor, os problemas da educação não podem ser resolvidos pela simples aplicação de princípios da aprendizagem.

Não existe aprendizagem sem memória, quer dizer, sem um sistema que registe e guarde a experiência. O *capítulo 9*, redigido por Frederico Marques, analisa a memória, o seu papel na aprendizagem e relação com os saberes escolares. Neste contexto, o autor discute a importância das concepções de alunos e professores sobre o papel da memória na aprendizagem e apresenta algumas sugestões de como os resultados da investigação podem ser integrados nas práticas educativas de modo a promover o sucesso escolar.

Aprendizagem e memória são influenciadas por factores motivacionais. Assim, no *capítulo 10*, Marina Serra Lemos, começa por definir o conceito de motivação e analisar a sua evolução, para depois apresentar os principais componentes do processo de motivacional, que se relacionam com a confiança, a satisfação e a importância das actividades. Neste contexto, refere a questão da *confiança na capacidade*, para atingir resultados desejados, o papel da *motivação intrínseca*, relacionado com a necessidade de auto-determinação e a importância da definição de *objectivos* e avaliação dos progressos no sentido de os atingir. Além destes três processos, de natureza mais dinâmica e situacional, a autora, analisa ainda algumas características mais estáveis e

duradouras dos indivíduos, como as disposições e hábitos, que afectam a força da tendência para o envolvimento em certas actividades, isto é, que influenciam a motivação. Marina Serra Lemos termina o capítulo, sistematizando as principais implicações para a educação dos estudos sobre a motivação, salientando o papel dos contextos escolares e do professor.

Finalmente, na **III Parte**, designada Das Teorias às Práticas de Ensino, estão integrados um conjunto de textos dedicados a temas que fazem, de um modo mais explícito, a ligação entre a teoria, os resultados da investigação e a prática educativa.

No *capítulo 11*, Guilhermina Miranda analisa o problema da transferência de conhecimentos, pois o que é aprendido numa dada situação deve poder ser aplicado a outras tarefas e problemas mais ou menos próximas da situação inicial de aprendizagem. Aliás, espera-se que os alunos saibam como e quando utilizar os conhecimentos aprendidos na escola. Contudo, como a autora refere, a transferência de conhecimentos, embora nos pareça um processo natural, é difícil de pôr em evidência em termos experimentais. Guilhermina Miranda mostra ainda que é possível ensinar os alunos a transferir conhecimentos, se os professores planearem o ensino tendo em conta algumas estratégias que facilitem a descontextualização e a abstracção, condições essenciais para que os alunos saibam como e quando aplicar os conhecimentos aprendidos.

As estratégias de aprendizagem são objecto de análise do *capítulo 12*, da responsabilidade de Margarida Veiga Simão. O domínio flexível de estratégias de aprendizagem é um dos factores explicativos para a maior ou menor facilidade que os alunos têm em transferir conhecimentos. São ainda elas que apoiam os alunos no desenvolvimento de métodos de estudo e de “disciplina intelectual”, garantia de uma maior autonomia na pesquisa e tratamento da informação e na produção de conhecimento.

No *capítulo 13*, Leandro Almeida, aborda os programas de treino cognitivo, que, como o próprio nome indica, visam exercitar nos alunos um conjunto de processos cognitivos, uns considerados básicos (e.g. “prestar atenção”) e outros tidos como superiores (e.g. “ser capaz de compreender um texto”, “fazer inferências” e “formar categorias”). Analisa os fundamentos, conteúdos, estratégias e resultados deste tipo de programas, dando ainda exemplos dos principais programas de treino cognitivo elaborados e desenvolvidos em vários países, entre eles Portugal.

A gestão da sala de aula, um dos aspectos que preocupa muitos professores e que tem implicações directas na qualidade do ensino e na aprendizagem dos alunos é o tema do *capítulo 14*, da autoria de João Amado e Isabel Freire. Estes autores englobam no conceito de gestão da sala de aula, os três principais momentos do processo de ensino: a planificação ou preparação da aula, a interacção pedagógica nas vertentes técnica e relacional e a avaliação do ensino. Por isso, preferem utilizar o termo de “orquestração da vida na aula”.

No *capítulo 15*, Sara Bahia, aborda o tema das diferenças individuais e suas implicações para o ensino. Distingue as atitudes de tolerância e valorização face à diferença, analisando os comportamentos sociais e educativos decorrentes destes dois tipos de atitudes. A primeira conduz, geralmente, a considerar a diferença como um défice que se tolera e logo não gera predisposições para criar oportunidades educativas e sociais para os que são diferentes. A segunda, considera que existem pessoas diferentes e que o dever da sociedade e dos sistemas educativos é criar condições para que cada um possa desenvolver-se, tendo em conta as suas limitações e capacidades.

Terminamos este livro com um assunto muito falado mas pouco compreendido, a criatividade, da responsabilidade de Sara Bahia e Sara Ibérico Nogueira. No *capítulo 16*, estas autoras clarificam o conceito, analisam as principais teorias e resultados da investigação e descrevem formas de avaliação e intervenção no desenvolvimento da criatividade.

Lisboa, Julho de 2004
Guilhermina Lobato Miranda